

LINGUAGEM, REPRESENTAÇÃO E ALTERIDADE

*Luiz Augusto de Paula Souza**

A linguagem enquanto representação, isto é, 'representação' do mundo (objetivo/subjetivo) sob a forma de signos reconhecíveis, constituídos culturalmente como repertório comum pelos quais usualmente 'lemos' as experiências vividas, tem sentido utilitário e realiza-se como meio convencional de comunicação.

Por essa via, a linguagem é concebida como uma operação de equivalência entre a representação e aquilo que ela representa, tornando-as intercambiáveis. O que aí está suposto é uma certa capacidade humana de apreender o mundo pela razão, entendida como instância doadora de sentido que sobredetermina a experiência humana. Naffah Neto, referindo-se à herança platônica e aristotélica, nos fala sobre a tradição racionalista e sua forte influência na cultura ocidental. Diz ele:

Assim o mundo empírico, mutante e imperfeito, era hierarquizado segundo graus de verossimilhança com as formas ideais, posta como primitivas, conseguindo-se, desta forma, um *princípio racional transcendente* capaz de *disciplinar* a realidade e esconjurar a *multiplicidade*, o *acaso*, o *devir*. O mundo trágico dava lugar a um outro domesticado pela razão (1992; p. 16).

Nesta perspectiva, a linguagem representativa, tanto em nível de senso comum (utilitário), quanto conceitual e científico (nível convencional e arbitrário), funciona como um domínio de operações de ordenação e classificação que busca delimitar sentido e organicidade para a vida como instrumento de operacionalização da racionalidade.

Sem dúvida, tal uso da linguagem contribui decisivamente para uma certa estabilidade (sempre provisória) das formações históricas em seus sistemas de regulação normativos e axiológicos, expressos pelo conjunto de enunciados (arquivos de saber¹) disponíveis à época.

Na verdade, não parece constituir um problema reconhecer a necessidade e a utilidade deste uso da linguagem entre nós. Problema há em se supor que ele possa, de fato, captar e traduzir o real em sua duração e extensão, que possa ser sua cópia ou, melhor ainda, sua duplicata e, na mesma direção, que o racionalismo possa, de fato, esgotar o real.

*Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. Professor da Faculdade de Fonoaudiologia da PUC-SP e da Unicastelo.

É sobre isto que quero falar aqui, partindo da evidência, que pretendo ilustrar adiante, de que a representação não é, por si só, a linguagem; ao contrário, ela é apenas um de seus vetores de efetuação e, talvez, nem o mais fundamental.

Tomando o mundo como um jogo de tempo, lugar e existência (visível e invisível²), isto é, como um campo mutante e polivalente, que condensa a memória do passado no presente e, por esse caráter móvel e flexível, permite o engendramento do devir³, podemos supor que ele contém a linguagem tanto no plano da realidade quanto no campo virtual que a fende e transforma.

Deste modo, a inscrição da linguagem nos fluxos de produção do real e de manutenção da realidade⁴ confere-lhe um estatuto, além de representacional, comunicativo e expressivo, de componente na criação do real, na produção de sentido, isto é, de dispositivo disparador de acontecimentos.

Para explicar melhor o que quero dizer, trabalharei com dois textos que situam a linguagem para além da representação: o de Figueiredo (1993) e o de Naffah Neto (1992). É importante ressaltar neste ponto que, ao tomar dois autores que pensam a linguagem fora da representação, para discutir a pertinência das proposições que exponho, não estou equivalendo suas posições, nem negligenciando possíveis diferenças. Ao contrário, penso que possíveis diferenças e/ou convergências possam corroborar a idéia de que a linguagem ultrapassa o estatuto representativo desde que se saia da perspectiva racionalista.

No primeiro caso, antes de tratar a linguagem (que é pensada ali no âmbito da fala), é preciso, pelo menos, entender as noções de acontecimento e temporalidade usadas pelo autor, isto porque elas vão sustentar sua reflexão sobre a fala no campo analítico.

Segundo Figueiredo (1993; pp. 1-2),

... um acontecimento é, de início, uma ruptura na trama das representações, das rotinas, em outras palavras, de início o acontecimento é uma quebra dos dispositivos de construção e manutenção do tecido da realidade, mas um acontecimento é também a transição para um novo *sistema representacional*.

Mais adiante, vê-se que, sendo uma “fenda que se introduz no possível (mundo da realidade)”, o acontecimento destrói mundos existentes e/ou funda mundos novos, mas não ocorre em um mundo, isto é, ele não é componente de uma realidade já dada, ao contrário,

... refere-se à passibilidade ao inesperado, ao surpreendente, ao im-possível, ao inacreditável; enquanto inantecipável o acontecimento é a figura paradigmática da alteridade sendo que esta tem seu lugar instituído *pela perda e como perda*: trata-se aqui

da perda de uma ilusória totalidade. Nesta medida, o acontecimento pode ser encarado como o que essencialmente dá testemunho da abertura, conservando *aberta e, assim, incompleta a presença*, propiciando, portanto, outros acontecimentos (ibid.; p. 2).

Em relação ao tempo, Figueiredo indica uma contraposição entre o tempo como evolução ou desenvolvimento ao “tempo acontecimental”. Nesta medida, o acontecimento cindiria o tempo sequencial da evolução em um antes e um depois, mas teria um tempo próprio, intrínseco (acontecimental), isto é, “... o trânsito da irrupção de um inominável ao *a posteriori* do sentido (...). O trânsito deixa a presença em suspenso, pendurada em um *houve* que ainda não é” (ibid.; p. 3).

A temporalidade do acontecimento remete, então, a duas situações distintas, uma de ruptura da realidade e, portanto, de quebra de sentido e uma outra que, na sequência, “re-constitui passado e descortina um novo futuro”.

As noções de acontecimento e temporalidade, definidas por Figueiredo (1993), já permitem entrever a perspectiva da fala, para além da representação, com a qual o autor trabalha. Se o acontecimento é uma quebra de sentido e um novo engendramento de algo, ele pede língua, isto é, ele demandava tradução, mas não com uma representação emprestada do repertório já delimitado da realidade, ou seja, não com uma interpretação ou elaboração representativa que não se origine do acontecimento e sim de um sentido preexistente colado a ele enquanto defesa ao inesperado, sob o risco de não designar o inédito de sentido de que o acontecimento é portador.

Ao contrário disso, Figueiredo (1993) aponta a distinção entre a fala “considerada como dispositivo representacional e a fala tomada como fala acontecimental”. Esta última é a fala que, colocando o falante à escuta do enigma⁵ (do real que pede tradução), o nomeia compondo um campo de visibilidade sobre o fenômeno, mas, ao mesmo tempo, aparece como estranha, como diferença inesperada em relação ao campo de sentidos de que já dispunha.

É desta palavra indisponível e por isso liberta das tarefas de representação, comunicação e expressão que se pode fazer uma experiência. A rigor, diante desta palavra outra só o lugar do ouvinte está desocupado, pois o do falante é ocupado pela fala ela mesma. (ibid.; p. 7)

Desta forma, há uma fala que vai fazendo com que o acontecimento aconteça⁶ e o abrindo para simbolização e representação. Além disso,

... há outras falas que trabalham o que ficou disponível para o necessário processamento e digestão: esta será a tarefa, também indispensável, das falas representacionais e elaborativas. Enquanto a fala que faz acontecer efetivamente faz história, as outras,

no melhor dos casos, contam histórias mais ou menos plausíveis
(ibid.; pp. 7-8).

No segundo caso, texto de Naffah Neto (1992), o autor dedica a primeira parte do livro à discussão da relação entre inconsciente e linguagem.

Em linhas mais que gerais, para que se acompanhe suas reflexões sobre linguagem, o autor, apoiado em Merleau-Ponty, concebe a existência de dois inconscientes, um primeiro “do recalque”, secundário e correlativo ao “sistema percepção-consciência”, e um outro, “primordial” que será

... a experiência do devir, como um sim, um deixar-se inicial, antes que a linguagem ordinária e a consciência abstraíam e fixem os fluxos em representações e as recalquem, formando um sistema secundário. Será, após isso, a indivisão do sentir que subsiste, num domínio marginal às representações da consciência.

(...)

Este inconsciente não designa nada de oculto; aliás, não convém confundir o invisível com o oculto, já disse Suely Rolnik. Ele designa um universo indizível e invisível, marginal à consciência e com o qual é preciso entrar em ressonância. Invisível e indizível, porque é fluxo, devir, sem forma ou representação definida, campo de forças móveis e vibráteis (Naffah Neto, 1992; pp. 33-34).

Ora, é justamente esse inconsciente primordial que se liga à linguagem para além de seu caráter ordinário, isto é, representativo, comunicativo e de expressão. É deste campo virtual de forças que, segundo o autor, pode brotar uma nova condição de linguagem, criativa, que faz contato com o raro, o sutil, o inusitado.

Porém, é necessário que não se pense essa linguagem como transcendente, ou seja, como uma habilidade inata ou inspiração divina; ela é sempre relativa a sua época e cultura, aos tipos de códigos constitutivos da consciência, mas, como o que está além ou aquém do que ordinariamente constitui a consciência, buscando brechas e vazios por onde possa emergir, transmutando o plano da consciência e encontrando outras formas de expressão e sentido.

Naffah Neto (1992; pp. 44-45) aponta para o fato de que a arte (literatura, pintura, música – especialmente⁷ – etc.) é um campo particularmente potente para a expressão inconsciente, mas que esta não é lhe é exclusiva:

Mas não é só na criação artística que o inconsciente busca forma e sentido; as suas forças que ordinariamente não encontram expressão possível em nossa consciência estão continuamente criando vazios e brechas na nossa percepção e no nosso discurso por onde possam irromper. E, assim, de quando em quando, é

possível captar o seu murmúrio ou seu relampejo, mesmo quando elas ainda não dispõem de formas pelas quais possam se tornar fala ou emergir como visibilidade.

Naffah Neto alerta ainda para um outro risco; se pensamos linguagem como capaz de exprimir o inconsciente primordial, podemos imaginar que a linguagem seja sua condição, como queria Lacan. O autor mostra que não se trata disso e que, tampouco, o inconsciente seja formado por significantes. Para ele o que a linguagem traduz é apenas

... a conjuntura singular de forças naquele momento determinado ou parte dela que pode, de alguma forma, encontrar forma expressiva; no instante seguinte, a constelação já será outra, e outra e assim indefinidamente. (...) A linguagem não é condição do inconsciente, mas condição de que o inconsciente possa encontrar representação na consciência. Precisamente isso (ibid.; pp. 46-47).

Pois bem, esses dois modos de rastrear outros planos de linguagem que ultrapassam sua condição de código normativo e utilitário, apresentados aqui muito rapidamente, põem a linguagem, seja sob o ângulo da arte, da ciência (e aí da clínica) ou da vida cotidiana, fora do campo visível de suas representações, ainda que com ele esteja visceralmente enlaçada, em uma relação recíproca: atravessando e sendo atravessada por seus elementos.

É esta linguagem que, ajudando a rachar a mera repetição de sentidos, pode inventar corpo e criar territórios de expressão para os estados inéditos que decorrem do impacto de experiências intensas (quer sejam alegres ou tristes, prazerosas ou não, etc.).

Uma linguagem que é sempre outra, pois se insere na produção de devir, isto é, de novos vetores de subjetivação e de posicionamento ontológico, ao mesmo tempo ético, estético e político.

Tomo a dimensão ético/estética/política no mesmo sentido em que Rolnik (1993; p. 245) enunciou, ou seja, por *ético* estou entendendo o modo como nos colocamos à escuta das diferenças que esta linguagem vai encarnando, na afirmação do devir a partir dessas diferenças; por *estético* a criação de um campo novo e não um domínio já dado, criação essa que “encarna as marcas no corpo do pensamento, como numa obra de arte”, e por *político* estou entendendo o embate que aí se estabelece contra as forças do já instituído que tentam bloquear as “nascentes de devir”.

Trata-se, portanto, de uma linguagem da alteridade, ou melhor, de uma linguagem a seu serviço. Explico. Pensando a alteridade como decorrência da existência do outro, não só humano, e como capacidade de afetar e de ser afetado por esse outro, “o

que tem por efeito perturbar a ordem vigente de tais corpos, provocando-lhes mudanças irreversíveis. (...)” (Rolnik, 1992; pp. 2-3), a linguagem enquanto criação estaria, nesta medida, a serviço das marcas produzidas nesse encontro para lhes dar língua.

Disso decorre uma consequência importante, isto é, a linguagem, mesmo quando enunciada (falada, escrita, pintada, etc.) por uma pessoa, é sempre coletiva, porque produto de um encontro com o inelutavelmente outro (condição da alteridade). Deleuze e Guattari (1977), falando sobre literatura, diziam que: “A enunciação literária mais individual é um caso particular de enunciação coletiva”.

No entanto, apreender este caráter coletivo da enunciação não é tarefa fácil, isto porque estamos habituados, muitas vezes em nome de uma pretensa cientificidade, a subordinar o enunciado a um significante e a enunciação a um sujeito, permanecendo no plano das constantes lingüísticas⁸, sem nos darmos conta de outras dimensões da linguagem (entre elas, algumas indicadas aqui).

De qualquer forma, é preciso abrir caminho para que essa linguagem que brota do “acontecimento”, do “inconsciente primordial”, do “encontro”, etc., ganhe terreno e possa ressoar entre nós, designando, mesmo que provisoriamente, o que Naffah Neto (1992; p. 72) chamou de: “Margem, excesso, diferença, transmutação (...); esse incessante, incansável devir”.

Notas

1. Este conceito foi cunhado por Michel Foucault para designar o saber disponível e manipulável numa época (extrato histórico), sendo composto por um campo de visibilidade e de dizibilidade, isto é, pelas formas de ver e as maneiras de dizê-las – conjunto de enunciados –, possíveis no período. Sobre isso, cf. Deleuze (1987).
2. A noção de existência como visível e invisível significa que a realidade não nos é dada apenas pela materialidade de fatos, expressões, representações... Mas que também está delineada por dimensões imateriais, não menos reais, de percepção, sensação e forças vitais que perpassam e compõem o que emerge no campo do visível histórico. São planos incorporais que implicam modos de subjetivação produzidos em cada época.
3. A idéia de memória condensada no presente está baseada em Henri Bergson (1989; p. 196), Para ele “... quanto maior a porção de passado que adere a seu presente, tanto mais pesada será a massa que ele joga no futuro para comprimir as eventualidades que se preparam: sua ação, semelhante a uma flecha, dispara com tanto mais força para a frente quanto mais sua representação estava vergada para trás.”
A noção de devir, não se restringindo à idéia de futuro – pois aí estaria contemplada a manutenção e reprodução do mesmo dentro de uma lógica estrita de causa e efeito – indica um campo virtual, aberto ao acaso e ao eventual, que se faz das diferenças que encarna; são bifurcações e novos vetores de existência, que, lidando com as demandas presentes, alteram a realidade e inventam novas formas de subjetividade. Sobre isso, cf. Guattari (1992).

Relacionei os conceitos acima, na medida em que me parecem convergentes as dimensões temporais e de devir assumidas por esses autores: ambos recusam uma concepção racionalista do tempo e indicam, a meu ver, uma simultaneidade temporal e uma dimensão múltipla e heterogênea no engendramento do devir.

4. Separo a noção de 'real' da de 'realidade' para distinguir o virtual (real) do possível e previsível (realidade), na perspectiva traçada por Figueiredo (1993; p. 3). Vale dizer que estes termos serão empregados aqui com este sentido.
5. Para Figueiredo (1993; p. 3), "... o real se dá como enigma implicando simultaneamente excesso de sentido e vazio de sentido; como enigma, o real demanda tradução; no entanto, é esta tradução original que dá ser ao enigma, que o realiza; ou seja, não há já algo a ser traduzido, embora haja uma demanda de tradução".
6. Figueiredo (1993; p. 5) mostra que o acontecimento pode também não acabar de acontecer e, a partir do campo analítico, afirma que "... o trauma é um acontecimento incluso, ou seja, um acontecimento que não se consuma, que não transita, cuja temporalidade intrínseca está comprometida; nesta medida a noção de experiência não é aqui a mais adequada, já que este tipo de acontecimento se caracteriza por não acabar de acontecer e por não chegar a constituir história, por isso, ele se eterniza e bloqueia a possibilidade de novos acontecimentos. Assim, o comprometimento da temporalidade intrínseca do acontecimento compromete radicalmente a temporalidade histórica da existência". O autor apontará adiante as razões da inclusão traumática do acontecimento e as formas de enfrentá-las em sua perspectiva analítica, porém estes são aspectos que não tratarei mais detidamente aqui.
7. A música seria particularmente potente enquanto "linguagem criativa", não quando repete sistemas melódicos preestabelecidos – e isto vale para outras formas de expressão estética – mas, e fundamentalmente, porque trabalha com a linguagem dos afetos, ou seja, não estando presa aos signos de reconhecimento (representações) capta as intensidades e forças inconscientes pelo registro de seus ritmos, tons, andamentos, melodia, etc. Estados de espírito que ganham forma fora da representação consciente; ondulam-se em si mesmos, enquanto fluxos de energias vitais transformados em sons complexamente compostos.
8. Estas idéias foram colhidas em Rocha (1993) e referem-se às concepções de Deleuze e Guattari sobre agenciamentos coletivos de enunciação.

Referências bibliográficas

- BERGSON, Henry (1989). *A consciência e a vida*. São Paulo, Nova Cultural. (Col. Os Pensadores).
- DELEUZE, Gilles (1987). *Foucault*. Lisboa, Vega.
- ____ e GUATTARI, Felix (1977). *Kafka por uma literatura menor*. Rio de Janeiro, Imago.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. (1993). Fala e acontecimento em análise. *Percurso*, (11): 45-50, São Paulo.

GUATTARI, Felix (1992). *Caosmose*. Rio de Janeiro, Editora 34.

NAFFAH NETO, Alfredo (1992). *O inconsciente como potência subversiva*. São Paulo, Escuta.

ROCHA, Décio O. S. (1993). O que (não) se vê atrás da porta. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, 1 (2): 163-169.

ROLNIK, Suelly (1992). Cidadania e alteridade. São Paulo, 30.5.1992. Trabalho apresentado no IV Encontro Regional de Psicologia Social da ABRAPSO.

____ (1993). Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico, *Cadernos de Subjetividade*, 1 (2): 241-251, São Paulo.